



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007443-65.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **LINDINALVA ALVES DA SILVA SANTIAGO e outro**
 Requerido: **Adriana dos Santos Podda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

A reclamação inicial, devidamente interpretada (lembrando que a sua narrativa é feita de forma sucinta no JEC, art. 14, § 1º, II da Lei nº 9.099/95), mostra-nos que o pedido de indenização por danos morais funda-se (a) nas postagens feitas pela ré em rede social, com acusações contra as autoras Lindinalva Alves da Silva Santiago e Geovanna Santiago, assim como (b) na represália que Geovanna teria sofrido, nas competições de karatê, por influência da ré e seu marido, que são árbitros do esporte e teriam logrado prejudicar a competidora de modo que esta, por certo período, deixou de vencer competições da federação paulista.

Os comentários feitos pela ré na rede social constam às fls. 04/13 e 47/64.

Neles, observamos que as postagens pertinentes à causa se iniciam com narrativa, na perspectiva da ré, a propósito do que ocorreu no dia em que as autoras (acompanhadas do pai de uma das autoras, marido da outra autora) estiveram no estabelecimento comercial da ré e seu amásio (fls. 47); diz a ré, na postagem, que foi ameaçada naquela ocasião.

Na compreensão do juízo, até aquele momento não havia a ré praticado ato ilícito hábil a gerar a sua responsabilidade civil, vez que se tratou de desabafo feito em um momento pontual, que devidamente contextualizado pelo leitor usualmente não é levado a sério e logo cai no esquecimento.

Todavia, verificada a documentação que instrui os autos, notamos que a partir de tal comentário diversas pessoas passam a observar e questionar sobre o ocorrido e a ré passa a abusar (art. 187, CC) de seu direito à opinião, expressão e manifestação do pensamento.

A ré faz comentários desonrosos em relação às autoras ("**pois é a pessoa [pela sequência vemos que se trata de Lindinalva] está sempre no meio da federação, e por traz [sic] tramando para conseguir resultados**", fls. 49; "**ocorreu a disputa em Piracicaba na eliminatória, mas a pessoa veio falar comigo para garantir que a filha vença no dia 11 em Louveira**", fls. 52; "**o que eu havia comentado [sobre a competição em Louveira e a atuação de Lindinalva para favorecer Geovanna] aconteceu na final do karate, ontem em Louveira a pessoa que comentei, realmente fez, o árbitro foi trocado para garantir a vitória do atleta; um absurdo [sic], realmente, treinar o aluno pra na hora colocar determinado árbitro!!!!; tantos árbitros honestos e que se dedicam ao karate paulista para um e outro acabar com o respeito e dignidade do esporte!!! não vou fazer parte desse absurdo, estou saindo**", fls. 54).

As mensagens da ré foram observadas, acompanhadas e comentadas por diversos usuários, como vemos na sequência dos documentos. Causaram indignação e certamente formou-se, no espírito do leitor acrítico, preconceito arraigado sobre a desonestidade daquele a quem a ré imputou a manipulação do esporte para favorecer o filho competidor.

Até aquele momento, não estava precisamente identificado a quem a ré atribuía as condutas acima relatadas. Todavia, veio ocasião em que a ré **indicou as autoras de modo expresso, fls. 61/63.**

Feita a indicação, o usuário que acompanhava as publicações da ré teve a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

convicção de que a autora Lindinalva influencia a federação e os árbitros no sentido de beneficiarem a sua filha e co-autora, Geovanna, que por sua vez nem sempre havia vencido justamente.

Com todas as vênias à ré, é certo que tem o direito fundamental de expressar sua opinião. Todavia, nosso sistema jurídico não admite o abuso em tal exercício. Posto que livre a manifestação do pensamento (art. 5º, IV da CF), "é assegurado o direito de resposta ... **além da indenização por dano material, moral ou à imagem**" (art. 5º, V, CF).

A doutrina leciona: "A liberdade de manifestação do pensamento tem seus ônus, tal como o de o manifestante identificar-se, assumir claramente a autoria do produto do pensamento manifestado, para, sendo o caso, **responder por eventuais danos a terceiros**" (SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. Malheiros. São Paulo: 2005 pp. 90.).

Quanto ao caso em análise, a ré não apenas acusou Lindinalva de ameaçá-la em um incidente pontual, como, mais gravemente, acusou-a de intervir nas competições e na federação paulista no intuito de favorecer injustamente a coautora Geovanna, fato (objeto da acusação feita na rede social) que nos presentes autos não restou minimamente comprovado, sequer por indícios.

No âmbito das competições desportivas é sabido o valor que se dá ao *fair play*, à competição em condições justas e iguais, daí porque é de inegável gravidade a acusação que se lançou contra as autoras e que, realmente, segundo regras de experiência (art. 335, CPC), abalam a honra, tanto na perspectiva objetiva quanto subjetiva.

As autoras, **no panorama probatório**, foram injustamente ofendidas pela ré, que deverá indenizá-las pelos danos morais causados, pertinentes às temerárias acusações de que Lindinalva mobilizava-se pelo favorecimento da filha Geovanna nas competições, e consequentemente, que esta era (ou possivelmente era) injustamente favorecida em competições.

Por outro lado, cumpre notar que a prova produzida não demonstrou que a ré (ou seu amásio) interferiu junto a outros árbitros para que a autora Geovanna Santiago fosse prejudicada em competições futuras.

Se observarmos as provas, verifica-se que houve realmente um certo período (do meio de 2014 a outubro do mesmo ano) em que Geovanna Santiago deixou de vencer competições de alto nível no âmbito estadual.

Mas não há prova alguma de que tenha sido prejudicada naquelas competições, deliberadamente, pelos árbitros envolvidos. Ou de que a ré tenha atuado junto a outros árbitros no intuito de comprometer a isenção destes para o julgamento nas lutas. Quanto a este ponto, as autoras não se desincumbiram de seu ônus probatório.

Nessas circunstâncias probatórias, a ré deverá pagar às autoras indenização total de R\$ 2.000,00 (R\$ 1.000,00 para cada) por conta das temerárias acusações feitas na rede social.

O valor é arbitrado considerada a condição econômica das partes, o grau de culpabilidade da ré e a função de desestímulo.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar a ré ADRIANA DE SANTOS PODDA a pagar a cada uma das autoras, LINDINALVA ALVES DA SILVA SANTIAGO e GEOVANNA SANTIAGO, a quantia de R\$ 1.000,00, com atualização monetária desde a presente data, e juros moratórios desde abril/2014.

Fica a ré intimada de que o termo inicial para pagamento voluntário em 15 dias corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (art. 475-J, CPC).

P.R.I.

São Carlos, 28 de abril de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**